



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo T , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Que nem água...

Há alguns anos, costumava-se dizer "ele gasta dinheiro que nem água". Essa frase, além de indicar alguém que esbanjava dinheiro, referia-se à água como coisa sem valor, abundante, inesgotável... Bons tempos... Melhor dizendo: tempos ilusórios, pois não se tinha consciência do valor desse elemento vital que a cada dia escasseia em nosso planeta, e que hoje já não serve para indicar algo desprezível, muito pelo contrário: a água é cara, e tem de ser economizada como um bem precioso.

Descobrimos há pouco, com um ingênuo pasmo, que nossas fontes de energia elétrica podem secar junto com nossas represas. Além da sede que ela mata, da lavoura que irriga, dos barcos que transporta e do peixe que oferece, a água se faz necessária para movimentar as turbinas que passaram a movimentar o ritmo da vida moderna. Sem energia não há máquinas, sem máquinas não há trabalho, sem trabalho não há produção, sem produção não há economia. Isso é claro como água. O que não está muito claro são as saídas a curto prazo para a presente crise energética. A água sempre demandou um tratamento respeitoso, mas só agora nos damos conta disso.

Que fique a lição. Talvez chegue o tempo em que, se alguém disser "ele gasta dinheiro que nem água", todo mundo saberá que se trata de uma pessoa muito econômica, que pensa bem antes de desembolsar seu precioso dinheirinho.

(Humberto Chiaro)

1. De acordo com o texto, a importância da água
- (A) já era reconhecida desde que se usava a frase "ele gasta dinheiro que nem água".
 - (B) foi reconhecida quando, apesar de abundante, passou a custar mais caro.
 - (C) ficou patente quando as pessoas se deram conta de que não se trata de um bem inesgotável.
 - (D) só será reconhecida quando "gastar dinheiro que nem água" significar "esbanjar".
 - (E) ficou mais clara quando outras fontes de energia se revelaram mais baratas.

2. Considere as seguintes afirmações:
- I. Os múltiplos usos da água, referidos no texto, atestam que ela foi e sempre será um bem precioso.
 - II. A opção pela energia hidrelétrica faz da água um elemento essencial para a produção e para a economia de um país industrializado.
 - III. Até pouco tempo atrás, tinha-se a ilusão de que, em nosso país, a água e a energia elétrica mantinham entre si uma intensa relação.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:
- (A) Só os inescrupulosos continuam a gastar água sem analisar as conseqüências.
 - (B) O consumo excecivo de energia pode, um dia, vir a se tornar uma contravensão.
 - (C) Os que menospresavam o valor da água passaram a reconhecer sua escassês.
 - (D) Das turbinas de uma uzina a uma lâmpada acesa, o caminho é longo e sinuozo.
 - (E) Se a falta de energia fosse algo imprevizível, desculparíamos o coxilo dos responsáveis.

4. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:
- (A) Sempre houve quem esbanjassem os recursos naturais.
 - (B) Se não houverem trabalho nem produção, não haverá atividade econômica.
 - (C) Alimentava-se muitas ilusões quanto ao custo e à disponibilidade da água.
 - (D) Nenhuma saída a curto prazo se avistam em nossos horizontes.
 - (E) Poderão vir a faltar outros recursos naturais, se não os poupamos.

5. A expressão sublinhada está empregada adequadamente na frase:
- (A) A inesgotabilidade da água é uma ilusão na qual não podemos mais alimentar.
 - (B) A cadeia econômica à qual o texto faz referência tem na água seu centro vital.
 - (C) Os maus tempos dos quais estamos atravessando devem-se a uma falta de previsão.
 - (D) A água é um elemento cujo o valor ninguém mais põe em dúvida.
 - (E) A certeza em que ninguém mais pode fugir é a do valor inestimável da água.

6. Está corretamente flexionada a forma verbal sublinhada na frase:
- (A) Se alguém propor medidas para economia de energia, que seja ouvido com atenção.
 - (B) Caso uma represa contenhe pouco volume de água, as turbinas da usina desligam-se.
 - (C) Seria preciso que refizéssemos os cálculos da energia que estamos gastando.
 - (D) Só damos valor às coisas quando elas já escasseiaram.
 - (E) Se não determos os desperdícios, pagaremos cada vez mais caro por eles.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Ele gasta dinheiro que nem água*, a forma verbal resultante será
- (A) será gasta.
 - (B) foi gasta.
 - (C) está sendo gasto.
 - (D) será gasto.
 - (E) é gasto.

Atenção: As questões de números 8 a 10 baseiam-se no texto abaixo.

Nesta época de eleições municipais, é oportuna a retomada do debate sobre a participação feminina no espaço político e nas esferas do poder.

Não é difícil constatar as barreiras que as mulheres têm a superar, visando sua plena integração na vida profissional. Isso somado à insignificância ou mesmo ao desequilíbrio numérico verificado entre homens e mulheres no acesso às diversas instâncias de decisão política e econômica.

É de domínio público que a economia do país vem passando por transformações no âmbito da produção, traduzidas pela alteração das relações entre capital e trabalho.

É também do conhecimento de todos que os trabalhadores, mulheres e homens, vêm se desdobrando para manter um nível de atualização e de qualificação profissional que os garanta. Em relação à força de trabalho feminina, todavia, as disparidades permanecem constantes, sublinhando a urgência de ações afirmativas que conduzam à igualdade de oportunidades.

A expressão "ações afirmativas", segundo o conceito original, significa a adoção de um conjunto de medidas para compensar, no presente, os efeitos provocados por atos discriminatórios, sucessivos e acumulados historicamente, que relegam parcela da população à categoria de cidadãos de segunda classe.

(Lúcio de Alcântara. **Folha de S. Paulo**, 11/10/2000)

8. O texto deixa claro que

- (A) as mulheres ainda não obtiveram participação efetiva na área política porque lhes falta experiência e, de certa forma, capacitação para isso.
- (B) na sociedade atual, as mulheres ainda encontram muita dificuldade para projetar-se como um indivíduo capacitado a desempenhar determinadas funções.
- (C) a atual situação do mercado de trabalho deixa de lado as mulheres, ainda não totalmente preparadas para enfrentá-lo, tal como os homens.
- (D) no mercado de trabalho, entre nós, há enorme falta de pessoal capacitado e atualizado, quer quanto aos homens, quer quanto às mulheres.
- (E) a única possibilidade de uma vida profissional segura é enfrentar as dificuldades que se apresentam, indistintamente, para homens e mulheres.

9. No texto, a expressão *ações afirmativas*

- (A) confirma a grande diferença existente no número de homens e mulheres atualmente, que se reflete nas condições de trabalho.
- (B) reconhece que as mulheres, atualmente, têm conseguido superar os homens na solução de problemas políticos e econômicos.
- (C) mostra que as mulheres representam uma força de trabalho realmente inferior à dos homens, tendo em vista as exigências do mercado.
- (D) refere-se à possibilidade de as mulheres serem aceitas em situação de igualdade com os homens no mundo do trabalho e da participação na sociedade.
- (E) pretende abrir oportunidades mais amplas para grande parte da população, homens e mulheres, que sejam profissionalmente qualificados e atualizados.

10. Uma nova redação para o que se afirma no 2º parágrafo do texto, SEM alterar o sentido original, está correta em:

- (A) Constatam-se barreiras a serem superadas pelas mulheres que desejam ter uma vida profissional digna, além do número nitidamente menor em relação aos homens, no acesso aos postos mais altos de decisão política e econômica do país.
- (B) Não há dificuldade maior no acesso das mulheres aos postos mais altos de decisão política e econômica quando se observa o número de homens e das mulheres também, que desejam ter uma vida profissional digna, para o que precisam derrubar barreiras.
- (C) A maior dificuldade nas barreiras que as mulheres precisam superar na vida profissional é o número delas que é pequeno em relação aos homens quando se tratam de decisões políticas e econômicas.
- (D) É insignificante o número de barreiras que as mulheres precisam superar em relação aos homens na vida profissional destas, com possibilidade de tomada de decisão política e econômica, que se soma a isso.
- (E) Além do número desequilibrado entre homens e mulheres na vida profissional, as barreiras que elas superam, com as diversas possibilidades de decisão política e econômica são as dificuldades que encontram.

11. Em dezembro de 2005, foi eleito o primeiro presidente indígena da América do Sul. De origem aimara, Evo Morales traz esperança para a maioria pobre, mas assusta as elites, os investidores estrangeiros e os Estados Unidos. Trata-se de um político

- (A) peruano.
- (B) chileno.
- (C) boliviano.
- (D) equatoriano.
- (E) paraguaio.

<p>12. O progresso, da forma como vem sendo feito, tem acabado com o ambiente ou, em outras palavras, destruído o planeta Terra e a natureza. Críticas têm sido feitas por defensores do chamado “desenvolvimento sustentável”, que consiste em</p> <p>(A) conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e, ainda, pôr fim à pobreza do mundo.</p> <p>(B) intensificar o extrativismo vegetal e mineral dos países subdesenvolvidos, com o objetivo de garantir o crescimento econômico global.</p> <p>(C) igualar os níveis de produção industrial dos países do terceiro mundo ao patamar de crescimento econômico realizado nos países de primeiro mundo.</p> <p>(D) utilizar todos os recursos naturais disponíveis, como forma de aumentar a exportação e proporcionar superávit na balança comercial.</p> <p>(E) promover o aumento do extrativismo dos recursos naturais, como forma de intensificar a produção mundial e o consumismo.</p>	<p>16. O tipo, o tamanho, o estilo e os efeitos aplicáveis nas fontes dos caracteres utilizados nos documentos <i>Word</i> podem ser modificados por meio do menu</p> <p>(A) Editar.</p> <p>(B) Configurar.</p> <p>(C) Modificar.</p> <p>(D) Formatar.</p> <p>(E) Ferramentas.</p>
<p>13. <i>Há pouco mais de 700 gorilas vivos na natureza hoje, a maioria nas florestas tropicais da África Equatorial. Não deixa de ser irônico que, há pelo menos seis meses, o mais falado, comentado e dissecado da espécie seja uma criação digital de oito metros, que vive num estúdio digitalmente transformado na inexistente ilha das Caveiras. Pois hoje estréia King Kong, a mastodôntica versão do clássico original de 1933, com três horas de duração, US\$ 207 milhões de orçamento e em 10 mil telas espalhadas pelo mundo.</i></p> <p>(Sérgio Dávila, Folha de S. Paulo, 16/12/2005, p. E 8)</p> <p>O diretor do filme <i>King Kong</i> é famoso por outras superproduções em ficção científica. Trata-se de</p> <p>(A) Stephen Spielberg, de <i>Jurrasic Park</i>.</p> <p>(B) Stanley Kubrick, de <i>Guerra nas estrelas</i>.</p> <p>(C) Sam Raimi, de <i>Homem Aranha 1 e 2</i>.</p> <p>(D) James Cameron, de <i>Titanic</i>.</p> <p>(E) Peter Jackson, da trilogia <i>O Senhor dos anéis</i>.</p>	<p>17. A quantidade de CD-RW de 650 MB que pode ser gravada em um DVD-RW de 4,7 GB corresponde, em valor arredondado, a</p> <p>(A) 723.</p> <p>(B) 138.</p> <p>(C) 72.</p> <p>(D) 14.</p> <p>(E) 7.</p>
<p>14. O endereço de um <i>site</i> na Internet, no formato <i>www.nomedodominio.br</i>, do qual foram suprimidos um ponto e uma abreviatura de três letras, normalmente indica que se trata de um <i>site</i> do tipo</p> <p>(A) comercial.</p> <p>(B) governamental.</p> <p>(C) organizacional.</p> <p>(D) educacional.</p> <p>(E) genérico.</p>	<p>18. <i>Devem receber tratamento global que resulte no aumento das possibilidades do uso da informação registrada para tomada de decisões.</i></p> <p>O enunciado se refere a</p> <p>(A) documentos.</p> <p>(B) ementas.</p> <p>(C) arquivos.</p> <p>(D) normas.</p> <p>(E) planos.</p>
<p>15. Com o cursor do mouse posicionado em uma área livre do lado direito da janela do <i>Windows Explorer</i>, dentro de uma pasta específica, pode-se criar uma subpasta nova clicando no botão</p> <p>(A) direito do mouse e selecionando Subpasta e depois Nova.</p> <p>(B) direito do mouse e selecionando Novo e depois Pasta.</p> <p>(C) esquerdo do mouse e selecionando Novo e depois Subpasta.</p> <p>(D) esquerdo do mouse e selecionando Pasta e depois Nova.</p> <p>(E) esquerdo do mouse e selecionando Novo e depois Pasta.</p>	<p>19. Os critérios de prazo utilizados na elaboração de uma Tabela de Temporalidade de Documentos baseiam-se</p> <p>(A) no arquivamento seqüencial numérico.</p> <p>(B) na legislação em vigor.</p> <p>(C) no tipo de documento.</p> <p>(D) na disponibilidade de espaço.</p> <p>(E) no interesse público.</p> <p>20. A definição da política nacional de arquivos públicos e privados, bem como a orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos do arquivo são atribuições do</p> <p>(A) Arquivo Federal Brasileiro.</p> <p>(B) Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos.</p> <p>(C) Conselho Nacional de Arquivos.</p> <p>(D) Conselho Federal de Arquivologia.</p> <p>(E) Sistema Nacional de Arquivos.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por
- (A) dois anos, no máximo, vedada a recondução.
 - (B) dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (C) três anos, no máximo, vedada a recondução.
 - (D) um ano, no mínimo, e nunca por mais de três anos consecutivos.
 - (E) quatro anos, no mínimo, vedada a recondução consecutiva.

22. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente
- (A) da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Congresso Nacional.
 - (B) do Senado Federal, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
 - (C) do Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos Deputados.
 - (D) do Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha pela maioria simples das duas casas legislativas.
 - (E) da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

23. Em matéria de direitos e deveres individuais e coletivos, garantidos pela Constituição Federal, considere:
- I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
 - II. Não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada, na forma da lei, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, e cruéis.
 - III. Conceder-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
 - IV. A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito o seu autor à pena de reclusão, nos termos da lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

24. A idade mínima para ser elegível aos cargos de Deputado Federal, Prefeito e Vereador, respectivamente, é de
- (A) 21 (vinte e um), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos.
 - (B) 25 (vinte e cinco), 18 (dezoito) e 18 (dezoito) anos.
 - (C) 30 (trinta), 21 (vinte e um) e 18 (dezoito) anos.
 - (D) 30 (trinta), 30 (trinta) e 21 (vinte e um) anos.
 - (E) 35 (trinta e cinco), 30 (trinta) e 21 (vinte e um) anos.

25. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral, dentre os
- (A) Desembargadores dos Tribunais Regionais Eleitorais.
 - (B) Ministros do Superior Tribunal Federal.
 - (C) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) Membros do Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) Desembargadores dos Tribunais Regionais Federais.

26. Em relação aos partidos políticos, é correto afirmar que
- (A) é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.
 - (B) podem ter caráter nacional e internacional, resguardado o regime democrático e o pluripartidarismo, e é vedada a fidelidade partidária.
 - (C) deverão registrar seus estatutos no Senado Federal.
 - (D) prestarão suas contas ao Congresso Nacional, que as aprovarão por maioria absoluta dos seus membros.
 - (E) poderão receber recursos financeiros de organização paramilitar e entidade ou governo estrangeiros desde que devidamente contabilizado.

27. As relações internacionais da República Federativa do Brasil regem-se, além de outros, pelos seguintes princípios:
- (A) intervenção bélica interna e repúdio ao terrorismo.
 - (B) defesa da paz e não-concessão de asilo político.
 - (C) autodeterminação dos povos e não-intervenção.
 - (D) dependência nacional e prevalência dos direitos humanos.
 - (E) solução pacífica ou bélica dos conflitos e supremacia dos direitos internacionais.

<p>28. Conceder-se-á mandado de injunção</p> <p>(A) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.</p> <p>(B) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.</p> <p>(C) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.</p> <p>(D) para anular ato lesivo ao patrimônio público, ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.</p> <p>(E) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.</p>	<p>31. No que se refere a atividade administrativa considere:</p> <p>I. Seu fim é o interesse público ou particular e, ainda, o bem da coletividade ou de certos grupos individuais.</p> <p>II. Não compreende os poderes, dentre outros, de disposição e oneração, especialmente a guarda e o aprimoramento dos bens e serviços a ela submetidos.</p> <p>III. É regida por princípios obrigatórios: legalidade e publicidade, e facultativos: finalidade e moralidade, além de outros de natureza mista, a exemplo do princípio da impessoalidade.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>29. Com relação à ação direta de inconstitucionalidade e à ação declaratória de constitucionalidade é correto afirmar:</p> <p>(A) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, a ciência ao Poder competente, como regra, é facultativa.</p> <p>(B) Partido político com representação no Congresso Nacional não pode propor ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(C) Nas ações de inconstitucionalidade, o Procurador-Geral da República atua como fiscal da lei, não devendo, necessariamente, ser previamente ouvido.</p> <p>(D) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.</p> <p>(E) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional não podem propor ação declaratória de constitucionalidade.</p>	<p>32. Em matéria de poderes e deveres NÃO é próprio do Administrador Público o poder e o dever, respectivamente,</p> <p>(A) regulamentar e o de eficiência.</p> <p>(B) discricionário e o de prestar contas.</p> <p>(C) arbitrário e de improbidade.</p> <p>(D) de polícia e de agir.</p> <p>(E) vinculado e o de boa administração.</p> <p>33. A invalidação de um ato administrativo é o seu desfazimento por</p> <p>(A) força do poder regulamentar objetivando execução da lei, sendo prerrogativa do Poder Legislativo.</p> <p>(B) motivos de conveniência e oportunidade, cuja prerrogativa é tão-somente do Poder Judiciário.</p> <p>(C) força do poder de polícia, sendo que poderá fazê-lo tão-somente a Administração Pública .</p> <p>(D) necessidade de sua revogação discricionária, podendo ser feita pela Administração Pública e pelo Poder Legislativo.</p> <p>(E) razões de ilegalidade, podendo ser feita pela Administração e pelo Poder Judiciário.</p>
<p>30. Dentre outros, são considerados requisitos e atributos, respectivamente, dos atos administrativos praticados pela Administração Pública, no uso de seus poderes estatais, a</p> <p>(A) competência e a presunção de legitimidade.</p> <p>(B) auto-executoriedade e a forma.</p> <p>(C) imperatividade e o motivo.</p> <p>(D) exigibilidade e o objeto.</p> <p>(E) tipicidade e a finalidade.</p>	<p>34. No que diz respeito ao conceito de ato administrativo, considera-se como um de seus elementos</p> <p>(A) não estar sujeito, de regra, ao controle do Poder Judiciário.</p> <p>(B) a existência de uma declaração do estado ou de quem lhe faça as vezes.</p> <p>(C) a incidência preponderante do regime jurídico de direito privado.</p> <p>(D) não ser capaz de produzir efeitos jurídicos imediatos.</p> <p>(E) o exercício de um poder incondicionado e ilimitado.</p>

<p>35. A suspensão dos direitos políticos, para os fins da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92, só se efetiva</p> <p>(A) no momento da representação de terceiros junto ao Judiciário.</p> <p>(B) quando a medida for necessária à instrução processual.</p> <p>(C) na data em que foi proposta a ação judicial.</p> <p>(D) com a instauração do inquérito civil pelo Ministério Público.</p> <p>(E) com o trânsito em julgado da sentença condenatória.</p>	<p>39. Dentre outras atribuições, compete ao Tribunal Superior Eleitoral</p> <p>(A) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos Juizes Eleitorais.</p> <p>(B) processar e julgar originariamente o registro e a cassação do registro de candidatos ao Senado Federal.</p> <p>(C) julgar os recursos interpostos das decisões dos Juizes Eleitorais que concederem ou negarem <i>habeas-corpus</i> e mandado de segurança.</p> <p>(D) processar e julgar originariamente as impugnações à expedição de diploma na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República.</p> <p>(E) constituir na forma da lei as Juntas Eleitorais, bem como designar a respectiva sede e jurisdição.</p>
<p>36. Com relação à Lei de improbidade administrativa, Lei nº 8.429/92, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. As disposições da lei de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.</p> <p>II. Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.</p> <p>III. No caso de enriquecimento ilícito, o agente público perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, mas o terceiro beneficiário não.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>40. Obedecerá ao princípio da representação proporcional a eleição para</p> <p>(A) o Senado Federal.</p> <p>(B) a Câmara dos Deputados.</p> <p>(C) Prefeito Municipal.</p> <p>(D) Governador do Estado.</p> <p>(E) Presidente da República.</p>
<p>37. A vedação à aplicação retroativa de nova interpretação de norma administrativa respeita, especificamente, o princípio da</p> <p>(A) impessoalidade.</p> <p>(B) motivação.</p> <p>(C) segurança jurídica.</p> <p>(D) publicidade.</p> <p>(E) supremacia do interesse público.</p>	<p>41. A respeito do registro de candidaturas, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os partidos políticos e coligações poderão solicitar à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até 6 meses antes do pleito.</p> <p>(B) É permitido o registro de candidato para cargos diferentes por mais de uma circunscrição eleitoral.</p> <p>(C) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data do registro da candidatura.</p> <p>(D) Só os partidos políticos ou coligações poderão requerer o registro de seus candidatos, que não poderão, em nenhuma hipótese, fazê-lo diretamente.</p> <p>(E) O candidato poderá ser registrado sem o prenome, ou com o nome abreviado, desde que a supressão não estabeleça dúvida quanto à sua identidade.</p>
<p>38. Também fazem parte da composição do Superior Tribunal Eleitoral, através de nomeação do Presidente da República,</p> <p>(A) dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) dois juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) dois juízes dentre os Desembargadores dos Tribunais de Justiça do Estado.</p> <p>(D) dois juízes dentre juízes de direito de qualquer Estado da Federação.</p> <p>(E) três juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>42. Os partidos políticos</p> <p>(A) só adquirem personalidade jurídica com o registro de seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(B) podem ter caráter estadual ou apenas municipal, se assim permitirem seus estatutos.</p> <p>(C) podem funcionar livremente, mesmo que subordinados a entidades ou governos estrangeiros.</p> <p>(D) têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e todos os seus filiados têm iguais direitos e deveres.</p> <p>(E) são pessoas jurídicas de direito público interno e podem adotar uniforme e outros sinais identificativos para seus membros.</p>

<p>43. As credenciais de fiscais e delegados serão expedidas exclusivamente</p> <p>(A) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado onde a eleição se realizar.</p> <p>(B) pelo Juiz Eleitoral da circunscrição onde a eleição se realizar.</p> <p>(C) pelos partidos políticos ou coligações.</p> <p>(D) pela Junta Eleitoral da circunscrição onde a eleição se realizar.</p> <p>(E) pelas Mesas Receptoras de Votos da circunscrição onde a eleição se realizar.</p>	<p><u>Atenção:</u> As questões de números 46 a 51 referem-se à Lei nº 8.112/90 (dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).</p> <p>46. Considere as assertivas:</p> <p>I. O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado, por dois períodos sucessivos de até 3 anos.</p> <p>II. A investidura em cargo público ocorrerá com a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.</p> <p>III. A promoção, a reversão, o aproveitamento, a recondução e a reintegração são, dentre outras, formas de provimento de cargo público.</p>
<p>44. A respeito das convenções para escolha de candidatos, é certo que</p> <p>(A) os órgãos superiores do partido não poderão anular, nos termos do respectivo estatuto, a deliberação e os atos de convenção partidária de nível inferior que se opuser às diretrizes estabelecidas pela convenção nacional.</p> <p>(B) a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no prazo de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.</p> <p>(C) para a realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos não poderão usar gratuitamente prédios públicos, devendo obrigatoriamente fazê-lo em prédios de propriedade de particulares.</p> <p>(D) para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, 6 meses antes do pleito.</p> <p>(E) havendo fusão ou incorporação de partidos políticos, o prazo de domicílio eleitoral do candidato na respectiva circunscrição será considerado a partir da data da fusão ou incorporação.</p>	<p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p> <p>47. Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório dar-se-á, a</p> <p>(A) readaptação.</p> <p>(B) demissão.</p> <p>(C) exoneração de ofício.</p> <p>(D) recondução.</p> <p>(E) aposentadoria.</p>
<p>45. No sistema eletrônico de votação,</p> <p>(A) a urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.</p> <p>(B) caberá aos fiscais de partidos definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica.</p> <p>(C) a urna eletrônica disporá de assinatura digital que permita o registro de cada voto e a identificação do eleitor que o digitou, posteriormente arquivado no Cartório Eleitoral.</p> <p>(D) o Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento.</p> <p>(E) serão considerados nulos na votação para as eleições proporcionais os votos em que não seja possível identificar o candidato, ainda que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.</p>	<p>48. Com relação à responsabilidade do servidor público, é correto afirmar que</p> <p>(A) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.</p> <p>(B) as sanções civis, penais e administrativas são dependentes entre si e não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de aplicação cumulativa.</p> <p>(C) a responsabilidade penal não abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.</p> <p>(D) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, podendo, inclusive, exceder o limite do valor da herança recebida.</p> <p>(E) a responsabilidade civil e administrativa resulta, apenas, de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.</p>

<p>49. Maria praticou insubordinação grave em serviço e João revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Maria e João estão sujeitos à penalidade administrativa de</p> <p>(A) demissão e advertência verbal, respectivamente.</p> <p>(B) advertência verbal e demissão, respectivamente.</p> <p>(C) demissão e advertência por escrito, respectivamente.</p> <p>(D) advertência verbal e advertência por escrito, respectivamente.</p> <p>(E) demissão.</p>	<p>53. Com relação à distribuição dos processos, é correto afirmar que</p> <p>(A) as desigualdades advindas de vacância serão corrigidas pela compensação.</p> <p>(B) o sistema eletrônico fará a distribuição por classe e, nessa, alternadamente, segundo a ordem crescente de antigüidade entre os juízes.</p> <p>(C) far-se-á por ato do Corregedor Regional Eleitoral, mediante a utilização de sistema eletrônico que assegure o caráter aleatório e a igualdade na partilha dos feitos entre os juízes.</p> <p>(D) não há prevenção do relator para os recursos eleitorais, inclusive nas eleições municipais.</p> <p>(E) dar-se-á publicidade mediante afixação da respectiva ata no local de costume do edifício do Tribunal e sua publicação na imprensa Oficial do Estado.</p>
<p>50. Com relação às penalidades disciplinares, é certo que</p> <p>(A) configura abandono de cargo a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.</p> <p>(B) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.</p> <p>(C) se entende por inassiduidade habitual a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.</p> <p>(D) será sempre aplicada a penalidade de demissão em caso de reincidência das faltas punidas com advertência.</p> <p>(E) a destituição de função comissionada não é considerada penalidade disciplinar.</p>	<p>54. A ordem dos trabalhos nas sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá será iniciada pela</p> <p>(A) leitura de acórdãos e Resoluções.</p> <p>(B) leitura do expediente.</p> <p>(C) verificação do número de juízes presentes.</p> <p>(D) discussão e votação dos feitos judiciais.</p> <p>(E) julgamento dos processos administrativos.</p>
<p>51. A ação disciplinar em relação às infrações puníveis com demissão e às infrações puníveis com suspensão prescreverá, respectivamente, em:</p> <p>(A) 1 (um) ano e 180 (cento e oitenta) dias.</p> <p>(B) 3 (três) anos e 1 (um) ano.</p> <p>(C) 3 (três) anos e 2 (dois) anos.</p> <p>(D) 5 (cinco) anos e 2 (dois) anos.</p> <p>(E) 5 (cinco) anos e 3 (três) anos.</p>	<p>55. Com relação às sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. O Tribunal reunir-se-á uma única vez durante a semana, realizando uma sessão judiciária e outra administrativa.</p> <p>II. A juízo do Tribunal ou do Presidente, serão realizadas tantas sessões extraordinárias quantas forem necessárias.</p> <p>III. Durante as férias, o Tribunal reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez e deliberará com a presença mínima de três de seus membros.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 52 a 57 referem-se à Resolução nº 107/1996 (Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá).</p> <p>52. Compete ao Presidente do Tribunal</p> <p>(A) impor aos funcionários da secretaria penas de suspensão.</p> <p>(B) presidir a Comissão Apuradora do Tribunal.</p> <p>(C) manter na devida ordem a Secretaria da Corregedoria.</p> <p>(D) exercer a ação pública, promovê-la até o final, ou requerer seu arquivamento.</p> <p>(E) velar pela boa ordem e celeridade dos serviços eleitorais.</p>	

56. Com relação à ação penal nos processos por delitos eleitorais da competência originária do Tribunal, é correto afirmar:

- (A) As testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de 30 dias, estando o réu preso ou solto.
- (B) Se o acusado estiver em lugar conhecido, determinará o relator a sua notificação para, no prazo de 5 dias, apresentar resposta oral.
- (C) Nos processos por delitos eleitorais da competência originária do Tribunal, a denúncia será dirigida ao Corregedor Regional Eleitoral.
- (D) Não se admitirá assistência à acusação, sob pena de cerceamento de defesa e nulidade absoluta do processo.
- (E) O relator, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas além das indicadas pelas partes, bem como as referidas.

57. Quando as decisões do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amapá versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais, caberá recurso

- (A) ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 3 dias.
- (B) especial para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 3 dias.
- (C) ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 10 dias.
- (D) especial para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 10 dias.
- (E) especial para o Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de 5 dias.

58. Número de zonas eleitorais fixado no Estado do Amapá no ano de 2005:

- (A) 10 (dez).
- (B) 11 (onze).
- (C) 12 (doze).
- (D) 13 (treze).
- (E) 14 (quatorze).

59. A 7ª (sétima) zona eleitoral do Estado do Amapá abrange os municípios de

- (A) Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.
- (B) Ferreira Gomes e Porto Grande.
- (C) Laranjal do Jari e Vitória do Jari.
- (D) Amapá e Paracuúba.
- (E) Cutias do Araguari e Itauba.

60. Até o primeiro semestre do ano de 2005, a quantidade de eleitores nos municípios de Calçoene e Oiapoque encontrava-se, respectivamente, na faixa entre

- (A) 3.000 a 4.000 e 8.000 a 9.000.
- (B) 3.500 a 4.500 e 11.000 a 12.000.
- (C) 4.000 a 5.000 e 8.500 a 9.500.
- (D) 5.000 a 6.000 e 10.000 a 11.000.
- (E) 6.000 a 7.000 e 11.500 a 12.500.